

Resíduos Sólidos Domésticos: Desafios na divulgação e no engajamento da população em São Paulo

Ana Carolina C.B. Esteves ¹
Andressa de Souza Marreiro ¹
Carlos Alberto Dias Júnior ¹
Samáris Ramiro Pereira ²

RESUMO: O presente projeto teve como objetivo analisar a eficácia da divulgação das políticas públicas de gestão de resíduos sólidos domésticos na cidade de São Paulo, promovendo o engajamento da população quanto à separação, descarte e destinação adequada dos resíduos. A intensificação dos desafios ambientais urbanos evidencia a urgência de repensar a forma como os resíduos são tratados, considerando que a correta segregação e destinação favorecem a reutilização, a reciclagem e a transformação de materiais, prolongando seu ciclo de vida útil. O estudo se alinha com a Agenda Municipal 2030 que preconiza a educação ambiental, a redução do impacto ambiental negativo e a diminuição da geração de resíduos. A pesquisa buscou identificar as principais políticas públicas implementadas para a gestão de resíduos, compreender os meios de promoção e comunicação sobre o tema e verificar o nível de conhecimento e participação da população em relação à coleta seletiva. A abordagem adotada foi exploratória, descritiva e qualitativa. A metodologia envolveu pesquisa bibliográfica e documental para analisar legislações, planos e relatórios oficiais, complementada por uma pesquisa de campo com aplicação de questionário online. A triangulação dessas informações revelou deficiência no conhecimento e baixo engajamento da população, o que impede as práticas de manejo adequado. Espera-se que os resultados contribuam para uma análise crítica das políticas públicas de gestão de resíduos sólidos domésticos em São Paulo e reforcem a importância da comunicação pública e da educação ambiental como ferramentas estratégicas para ampliar a conscientização e estimular a participação cidadã na construção de cidades mais sustentáveis.

Palavras-chave: coleta seletiva; conscientização; mobilização; resíduos sólidos; políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

A crescente complexidade dos desafios ambientais urbanos, principalmente no que se refere à gestão de resíduos sólidos domésticos, demanda a implantação de políticas públicas robustas e a participação ativa da população para sua efetividade. Em São Paulo, a formulação de políticas voltadas para a separação, o descarte e a destinação adequada de resíduos enfrentam o desafio de traduzir-se em um engajamento significativo por parte dos cidadãos. Freitas, Pires e Benincá (2024) salientam a falta de conscientização e engajamento da população como um

¹ Graduando(a) do Curso de Gestão Empresarial – EaD. Fatec São Paulo

² Professora Orientadora do Curso de Gestão Empresarial – EaD. Fatec São Paulo

fator crucial que impossibilita a efetividade das práticas de manejo.

A comunicação pública diz respeito a proporcionar acesso, agir com transparência, e fornecer informação. Também significa estimular a participação social dos indivíduos naquilo que lhes diz respeito (MEDEIROS; CHIRNEV, 2021). A formação de cidadãos críticos e participativos começa com o acesso a informação e se fortalece com a compreensão da importância de sua atuação nas questões coletivas, como a destinação adequada dos resíduos que produzem. Segundo Severino *et al.* (2021), a educação ambiental é indispensável para o sucesso na construção e operação de projetos de coleta seletiva.

A gestão de resíduos sólidos domésticos, tema essencial para a saúde pública e para a preservação ambiental, alinha-se diretamente com a Agenda Municipal 2030, que reúne objetivos, metas e indicadores para o planejamento de políticas públicas (SÃO PAULO, 2020). O presente estudo dialoga com o ODS 4 (Educação de Qualidade), que preconiza a inclusão da educação ambiental; o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), que visa a reduzir o impacto ambiental negativo *per capita* nas cidades através da gestão de resíduos; e, crucialmente, o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), que busca reduzir a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso até 2030 (SÃO PAULO, 2020).

Assim, o presente trabalho ressalta a urgência e a importância estratégica do tema, a qual embasa a problemática central desta pesquisa na questão: em que medida a divulgação das políticas públicas de gestão de resíduos sólidos tem se mostrado eficaz para o engajamento da população nas práticas de manejo adequadas?

O objetivo geral deste trabalho é analisar a eficácia da divulgação das políticas públicas de gestão de resíduos sólidos domésticos no município de São Paulo, buscando compreender sua capacidade de mobilizar a população. Como objetivos específicos, propõe-se:

- Identificar as principais políticas públicas implementadas na cidade de São Paulo, com foco na gestão de resíduos sólidos de origem doméstica;
- Conhecer os principais canais utilizados para a divulgação e informação sobre a temática;
- Verificar o nível de conhecimento e participação da população em relação às práticas de separação e descarte adequado.

Assim, esta pesquisa pretende contribuir para o debate sobre a efetividade das políticas públicas ambientais, destacando a importância da comunicação pública e da educação ambiental como instrumentos essenciais para a construção de cidades mais sustentáveis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Após décadas de discussões, o Brasil instituiu em 2010 a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/2010, que introduziu o conceito de gestão de resíduos sólidos e definiu práticas para municípios, empresas e sociedade (FREITAS; PIRES; BENINCÁ, 2023). A Lei em questão estabelece definições, classificações e diretrizes essenciais. Ela concebe resíduos sólidos como diversos tipos de materiais descartados, resultantes das atividades humanas, que se apresentam no estado sólido ou semissólido. Dentre a diversidade desses resíduos, destacam-se os resíduos domiciliares, que são aqueles originários de atividade domésticas em residências urbanas; os resíduos de limpeza urbana, provenientes da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas, e outros serviços de limpeza urbana; e os resíduos sólidos urbanos (RSU), que englobam tanto os resíduos domiciliares quanto os resíduos de limpeza urbana.

Silva *et al.* (2023) destacam que a lei nº 12.305/2010 é imprescindível, sobretudo diante do cenário de crescente e excessivo consumo humano. Quanto maior a complexidade do assunto, mais necessária se torna uma discussão com base em dados confiáveis. O Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil tem como objetivo contribuir para a formação dessa base de dados tão necessária. Regionalmente, conforme dados da Abrema (2024), o Sudeste continua sendo o maior gerador de RSU do Brasil, tanto em valores per capita quanto em valores totais. No último ano, foi observado um aumento de cerca de 0,6% na geração per capita da região (ABREMA, 2024). Para as projeções do Panorama, considera-se que essa coleta abrange os serviços feitos diretamente pela prefeitura ou em parceria com empresas e outras entidades: coleta porta a porta - seletiva ou não, coleta via pontos de entrega voluntária, coleta em parceria com associações de catadores e cooperativas (ABREMA, 2024).

A complexidade da gestão de resíduos sólidos é um desafio premente nas

sociedades contemporâneas, pois abrange questões ambientais, logísticas, econômicas, comportamentais e de padrões de consumo. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares) possui estratégias e diretrizes para alcançar os objetivos traçados na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ele traça metas, diretrizes, projetos, programas e ações voltadas para um horizonte de 20 anos (BRASIL, 2022).

Os sistemas de coleta seletiva de resíduos secos, independentemente do modelo escolhido (porta a porta, PEV, Ecoponto etc.), são importantes serviços desempenhado em diversos municípios para recuperação de materiais recicláveis. Em 2020, segundo dados do Planares (BRASIL, 2022), apenas 42,3% da população do Sudeste brasileiro teve acesso a sistemas de coleta seletiva de resíduos secos. Para expandir a coleta seletiva de resíduos secos e orgânicos, o Planares prevê instituir a comunicação social continuada, como ferramenta para estimular a segregação adequada de resíduos na fonte geradora.

Para reduzir a geração de resíduos e quantidade de rejeito, o Plano definiu, entre outras estratégias, estimular a promoção da educação ambiental por meio de ações, campanhas e projetos que envolvam as instituições públicas e privadas, o setor educacional, a sociedade civil e o setor empresarial e fomentar a transparência, facilitar o acesso às informações e visando à qualificação das discussões e a participação social no acompanhamento e execução do plano. É considerado que o desenvolvimento da consciência em cada indivíduo sobre sua responsabilidade é essencial para a gestão dos RSU (BRASIL, 2022).

O Planares expõe que em 2020 apenas 49,9% dos municípios do Sudeste possuíam um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e prevê que, até 2040, 100% dos municípios brasileiros tenham seus planos, os quais são vitais para o desenvolvimento de ações e o cumprimento dos objetivos e metas previstos para os municípios. Nesse cenário, a Cidade São Paulo se destaca por possuir um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), instituído em 2014 com validade de 20 anos e atualizações a cada quatro anos. O Plano estabelece diretrizes essenciais para a sustentabilidade da gestão de resíduos na capital (SÃO PAULO, 2024), priorizando a valorização dos resíduos e a segregação nas fontes geradoras, e buscando soluções abrangentes que contemplam as dimensões social, ambiental, política, econômica, ética e cultural.

A execução da coleta seletiva na cidade é realizada sob regime de

concessão, predominantemente, por duas concessionárias. A Capital é dividida em duas grandes áreas - Noroeste e Sudeste - e cada empresa é responsável pelo recolhimento dos resíduos secos de sua região, abrangendo 96 distritos, e alcançando 75% dos domicílios. Atualmente a coleta é realizada por meio de containers e no modelo porta a porta. Complementarmente, a população em geral dispõe da possibilidade de levar os recicláveis até os Ecopontos ou nos Pontos de Entrega Voluntária (PEVs), distribuídos em locais públicos, como parques e ruas, ou áreas particulares via convênios (SÃO PAULO, 2024).

Para a efetividade do PGIRS, são previstas diversas estratégias e ações, dentre elas, a implantação de um plano municipal de educação ambiental sendo fundamental na conscientização, orientando a população e os grandes geradores sobre a importância da não geração, reutilização e da reciclagem (SÃO PAULO, 2024). A Contribuição e a participação ativa da população são elementos cruciais para o sucesso das políticas do PGIRS.

Em São Paulo, o Decreto Municipal nº 63.113/2024 instituiu o Comitê Intersecretarial da Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (CGIRS), com objetivo de atribuir responsabilidades relacionadas à Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos na Prefeitura de São Paulo (SÃO PAULO, 2024). O CGIRS é coordenado pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), que é responsável por acompanhar o Sistema Municipal de Limpeza Urbana, monitorar as políticas da gestão e o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de São Paulo.

Partindo do pressuposto de que cidadãos bem-informados tendem a ser mais conscientes de seus direitos e deveres, MELLO e CARNIELLO (2021) ressaltam a fundamentalidade de se investir em estratégias de comunicação que aproximem a população das ações governamentais.

A palavra “comunicação” derivada do latim *communicare*, significa tornar comum, partilhar. Com base nesta definição, Medeiros e Chirnev (2021) afirmam que a comunicação só é efetiva quando há diálogo, troca de informações, ideias e opiniões. A essência dos conteúdos e das comunicações públicas é agir para promover os serviços e as políticas públicas para que a população encontre o atendimento às suas necessidades. Quanto maior for o sistema político e quanto mais aprimoradas as instituições do País, maior será a comunicação pública

observada (MEDEIROS; CHIRNEV, 2021).

O sistema informativo que engloba a mídia tradicional (jornal, emissora de televisão e rádio) e as novas mídias de massa (sites, *web*, redes sociais e aplicativos,) atinge um público bastante numeroso. Lima, Faria e Beraldo (2024) em seu artigo, apontam que apenas 35% das prefeituras brasileiras disponibilizam serviços por dispositivo móvel, sendo que 161,6 milhões de brasileiros, usam a internet majoritariamente pelo celular (98% dos casos).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem mista, exploratória e descritiva, com o objetivo de analisar a eficácia da divulgação das políticas públicas de gestão dos resíduos sólidos domésticos no município de São Paulo na promoção do engajamento da população. Para tanto, a investigação foi desenvolvida em três etapas distintas.

A primeira etapa constituiu a revisão bibliográfica e na análise documental. Foram utilizados como fontes livros, artigos científicos, teses, dissertações e a pesquisa documental que contemplou leis, decretos e planos municipais relacionados ao tema.

As etapas seguintes utilizaram a pesquisa de campo realizada por meio da aplicação de dois formulários desenvolvidos na ferramenta *Google Forms*. Este instrumento, elaborado para coletar dados foi divulgado através das plataformas digitais como WhatsApp e Instagram. Conforme apontado por Portela *et al.* (2021), estas ferramentas permitiram economia de tempo e de recursos materiais, o alcance de um maior número de pessoas além da facilidade no armazenamento e leitura dos dados.

O primeiro questionário (segunda etapa), de carácter qualitativo, instrumento de pergunta aberta destinado a indivíduos de diferentes localidades de São Paulo. Teve como objetivo principal colher opiniões aprofundadas e estratégicas sobre como melhorar a comunicação para o engajamento da população em relação aos resíduos sólidos.

O segundo questionário (terceira etapa), de natureza quantitativa, continha um questionário de 13 questões de múltipla escolha, com acesso restrito aos

munícipes de São Paulo, visando quantificar as principais tendências, conhecimento e comportamentos com a gestão dos resíduos sólidos.

A triangulação entre os dados bibliográficos, documentos legais e os dados coletados nas pesquisas de campo com a população, permitiu compreender a coerência entre as políticas públicas formuladas, a forma como foram divulgadas e a resposta da população diante dessas ações, contribuindo para uma análise crítica da efetividade das estratégias de engajamento social.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise Qualitativa

O questionário qualitativo possuiu uma única pergunta, clara e objetiva: “Quais canais ou estratégias de comunicação poderiam ser mais utilizados para melhorar a participação da população na questão de resíduos sólidos?”.

A análise de conteúdo das respostas descritivas, revelou uma diversidade de sugestões. Para facilitar a apresentação dos resultados, as respostas foram agrupadas em cinco categorias temáticas: Canais e Ferramentas de Comunicação, Educação Ambiental e conscientização, Incentivos, Parcerias e eventos, Logística e Organização.

Canais e Ferramentas de comunicação: Utilizar mídias tradicionais como TV, rádio e jornais, além de plataformas digitais como TikTok, WhatsApp, Instagram e Facebook, por serem canais de maior acesso da população. Produção de vídeos curtos, anúncios e a divulgação de informação de forma educativa. Sugestões como a utilização de faixas e cartazes em locais estratégicos e a comunicação direta, porta a porta. Enfatizam uma melhoria na comunicação da prefeitura.

Embora as mídias sociais sejam eficazes para o alcance rápido e de baixo custo, elas não garantem, por si só, a mudança de comportamento. O comportamento digital contemporâneo pode ocasionar superficialidade da mensagem. A preferência pelas mídias tradicionais reforçam que esses meios ainda são considerados úteis e de longo alcance especialmente para o público mais velho ou com menor acesso digital.

Educação Ambiental e conscientização: As respostas sugerem que a educação deve ocorrer em múltiplos espaços, como escolas, por meio de palestras,

ou em locais públicos (parques e centros de atendimento). Os participantes ressaltam, ainda, a importância de iniciar a conscientização desde a infância. A população reconhece a Educação Ambiental como mecanismo transformador a longo prazo, capaz de criar indivíduos conscientes.

Incentivos: Criar mecanismo de incentivo, descontos em serviços públicos ou a aplicação de multas para o descarte incorreto.

A decisão de opinar por descontos (recompensa) ou aplicação de multas (punição) revela diferentes lados da motivação humana. A punição se baseia no medo da perda, enquanto descontos desperta o sentimento de estarem sendo recompensados pelo descarte correto. Mesmo que cada cidadão deveria ter a autorresponsabilidade com o seu próprio resíduo, visibilizar um benefício, seja ele financeiro com desconto ou punições, reverbera e influencia o comportamento das pessoas em relação aos resíduos.

Parcerias e eventos: Usar eventos familiares em escolas para orientar as famílias, realizar ações em parques urbanos com a população. Fomentar parceria com condomínios e associações de bairro.

Esta categoria se baseia na mobilização social e na construção de redes de apoio. Sugerem alcançar um público amplo e diversificado em ambientes físicos, em abordagens mais sociais e menos formais, o que facilita a absorção da mensagem. As parcerias com líderes de bairros para propagar informação, pode criar um ambiente de confiança, por ser reforçada por figuras de autoridade local. As pressões sociais com familiares, amigos pode ser um fator crucial para motivar e manter adesão às boas práticas no manejo dos resíduos.

Logística e Organização: Facilitar o descarte como um dia fixo da semana para a coleta de recicláveis, aumentar a frequência da coleta e utilizar som informativo nos caminhões de coleta.

Logística e organização é o pilar para o sucesso de qualquer plano de gestão de resíduos. Sugerir a criação de dias fixos de coleta seletiva cria um senso de previsibilidade e rotina. O som informativo pode ser uma estratégia poderosa, servindo como um lembrete auditivo. É uma forma de comunicação direta.

4.2 Análise Quantitativa

O segundo questionário de natureza quantitativa, com 13 questões de

múltipla escolha, visou quantificar as principais tendências e comportamentos com a gestão dos resíduos sólidos, exclusivamente dos residentes no município de São Paulo.

Figura 1 - faixa etária e escolaridade

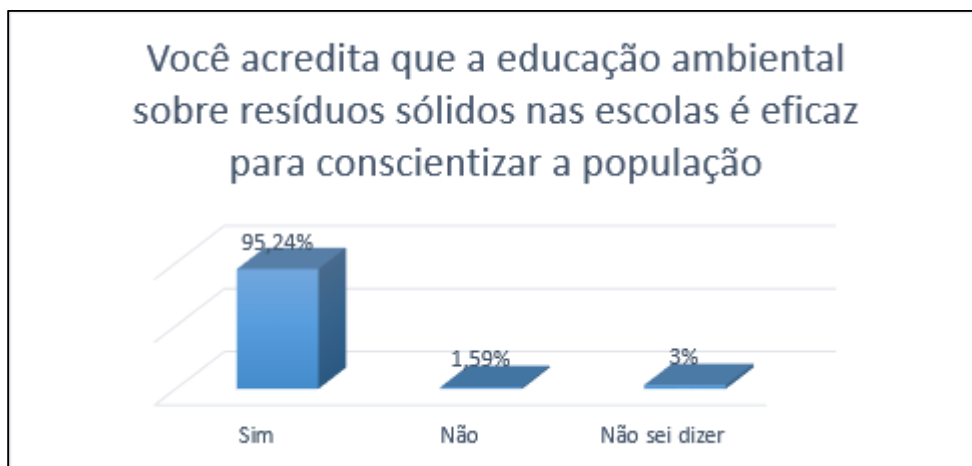
1- QUAL A SUA FAIXA ETÁRIA	
Opções de respostas	% de pessoas
18 a 24 anos	17,46%
25 a 34 anos	46,03%
35 a 44 anos	14,29%
45 a 54 anos	9,52%
55 a 64 anos	12,70%
65 anos ou mais	0,00%

2- NÍVEL DE ESCOLARIDADE	
Opções de respostas	% de pessoas
Ensino fundamental completo	1,59%
Ensino fundamental incompleto	1,59%
Ensino médio incompleto	6,35%
Ensino médio completo	20,63%
Ensino superior incompleto	28,57%
Ensino superior completo	41,27%

Fonte: dos autores

Conforme demonstrado na Figura 1, a pesquisa contou com grande participação do público mais jovem, dentre os participantes 46,03% possui entre 25 e 34 anos e 17,46% possui entre 18 e 24 anos, com o detalhe de que, o intervalo do público mais jovem é menor em relação aos demais, contudo ainda demonstrou a segunda maior participação no levantamento realizado. Dos participantes, nota-se uma grande busca por conhecimento e posicionamento profissional, visto que 69,84% está cursando o ensino superior ou já completou a graduação em alguma área, o que os tornou mais do que aptos para responder à questão da Figura 2 a seguir.

Figura 2 - Escola e conscientização



Fonte: dos autores

No geral, a opinião do público é ótima em relação a abordagem das escolas sobre os RSU, sendo que 95,24% acreditam ser eficaz para a conscientização do público. A respeito da participação das escolas, é válido destacar que a resposta não se baseou apenas em achismos, pois como é demonstrado, 90,47% da população concluiu anos de estudos até se formarem no ensino médio e a maior parte deste público foi além, ingressando no ensino superior. Logo, as escolas se mostram como importantes veículos em pró da sustentabilidade ambiental, entretanto, faz-se necessário verificar a relação entre o teórico e o prático como veremos na Figura 3 a seguir.

Figura 3 - Relação de efetividade

3- Você separa seus resíduos sólidos domésticos (plástico, papel, vidro, metal etc.) para a reciclagem?	
Opções de respostas	% de pessoas
Não, nunca	11,11%
Sim, às vezes	50,79%
Sim, sempre	38,10%

Fonte: dos autores

Para 38,10% dos entrevistados, separar os RSU é uma missão realizada diariamente, mas é um valor pouco expressivo se comparado com as pessoas que separam as vezes, 50,79%. Em termos gerais, 88,89% dos respondentes afirmam que separam os resíduos pelo menos uma vez, estes altos índices indicam uma boa disposição, mas não garantem que a separação seja correta. Para entender o comportamento daqueles que separam é necessário avaliar a Figura 4 a seguir:

Figura 4 - Motivação x Resistência

4- Se separa, qual o principal motivo o leva a separar?	
Opções de respostas	% de pessoas
Renda	1,59%
Incentivo da família ou comunidade	14,28%
Não separo	12,70%
Acesso fácil aos serviços de coleta seletiva (porta a porta, Ecoponto, etc.)	15,87%
Quando tem lixeira de coleta seletiva	1,59%
Reciclagem de materiais	1,59%
Consciência ambiental	52,38%
5- Se NÃO separa, qual o principal motivo o leva a NÃO separar?	
Opções de respostas	% de pessoas
Falta de tempo ou interesse	17,46%
Não se aplica, já separo	55,56%
Não há serviços de coleta na minha região	14,28%
Nenhuma das alternativas	1,59%
Falta de conhecimento sobre como separar	7,93%
Não tenho conhecimento sobre a coleta	1,59%
Separo as vezes	1,59%

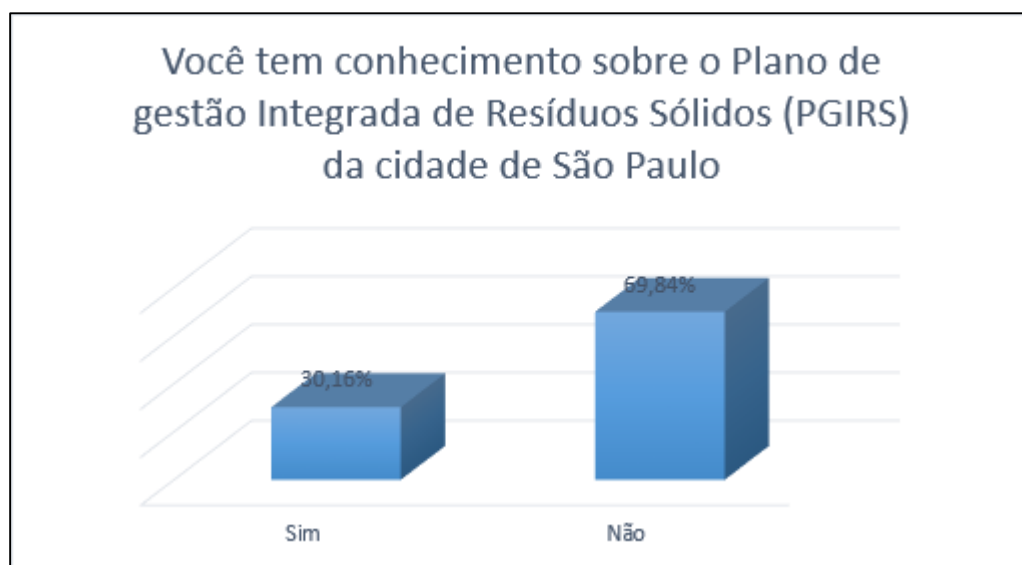
Fonte: dos autores

Dentre os que separam 52,38% diz separar devido a consciência ambiental, o que remete a informação, que gera o conhecimento e se traduz em ação e mobilização da população a favor de um mundo mais sustentável. A consciência ambiental é o resultado de múltiplos esforços, em que, as escolas, com certeza estão envolvidas, educando a população desde crianças até a capacitação profissional. Depois da consciência ambiental, o que mais motiva a população a separar os RSU é o fácil acesso aos serviços de coleta com 15,87% de engajamento, porém a falta destes serviços afastam 14,28% das pessoas, que não separam. Neste ponto, nota-se que a infraestrutura ou a falta dela é uma das grandes forças que “atraem” ou “repelem” o engajamento da população.

São Paulo possui políticas e diretrizes como é o caso do PGIRS, mas como mostra o Figura 5, quase 70% da população desconhece do Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos. O caso do PGIRS é o mesmo caso da infraestrutura pública de resíduos sólidos, pois se a população desconhece, então para a população é o mesmo de não ter, o que pode ter motivado as respostas dos questionários sobre o serviço de coleta, o que reforça este pensamento são os

dados da Figura 6, onde quase 60% dos entrevistados desconhecem a localização das PEVs e 25,40% não sabem o dia e o horário da coleta dos resíduos recicláveis e comuns.

Figura 5 - Popularidade PGIRS



Fonte: dos autores

Figura 6 - Atendimento de coletas

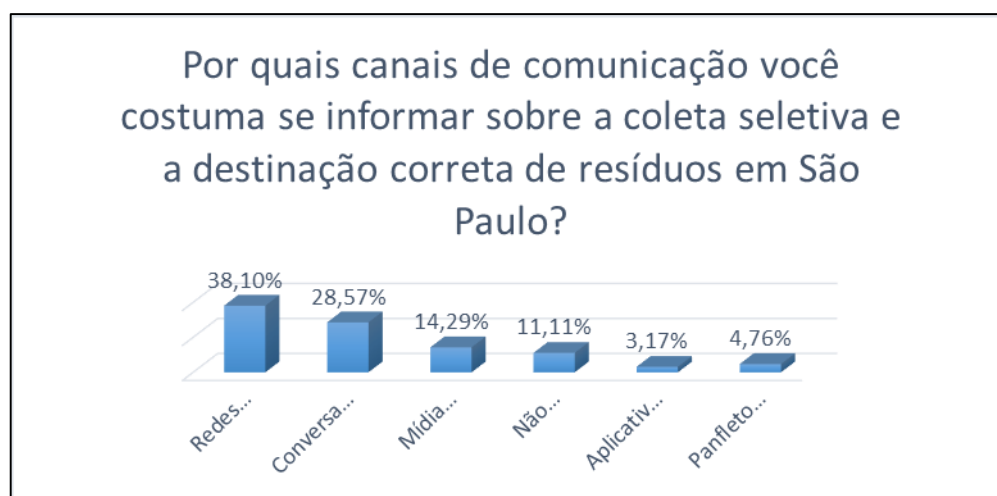
6- Você sabe onde estão localizados os pontos de entrega Voluntária (PEVs) ou ecopontos mais próximos da sua residência?	
Opções de respostas	% de pessoas
Sim	41,27%
Não	58,73%
7- Você sabe os dias e horários das coletas porta a porta dos resíduos recicláveis e comuns?	
Opções de respostas	% de pessoas
Sim	47,62%
Não	25,40%
Somente os resíduos comuns	26,98%

Fonte: dos autores

Diante do cenário de desconhecimento das políticas públicas, dos planos e das diretrizes do município de São Paulo, torna necessário o investimento em veículos de comunicação, para que as políticas de tratamento dos RSU sejam realmente efetivas. Como visto na Figura 2 as escolas são excelentes em ensinar a como separar e tratar os resíduos, porém precisam abordar melhor sobre os ecopontos e sobre os meios que o cidadão possui para se informar a respeito dos

serviços de coleta de lixo e de recicláveis. Outras importantes fontes para comunicação efetiva do público é visto no Figura 7 como exemplo as redes sociais, a comunicação “boca a boca” e a mídia tradicional, que somadas possuem 80,96% de alcance.

Figura 7 - Fontes de informações



Fonte: dos autores

Embora haja uma baixa adesão em relação aos panfletos e/ou cartazes, ainda há pessoas que se informam por este meio, o que é preocupante, pois a quantidade de lixo gerada através da impressão no papel, pode não compensar a abrangência do canal de divulgação. Neste sentido, ou a quantidade de material utilizado não é o suficiente ou não é efetivo. Buscando atender ao público que busca o contato direto para se informar a prefeitura poderia substituir os panfletos e/ou cartazes por exposições, armar exposições no meio de parques –ao ar livre- potencializaria o alcance das informações, conciliando o útil ao agradável, pois quem busca este tipo de ambiente, certamente busca um estilo de vida mais saudável.

Por fim, a pesquisa buscou entender como a informação é apresentada e como a população recebe essa informação, conforme a Figura 8 a seguir:

Figura 8 - Atendimento de coletas

5- Você se sentiria mais motivado a fazer a gestão dos RSU se as informações fossem:	
Opções de respostas	% de pessoas
Mais acessível (em locais e plataformas)	34,92%
Mais claras e fáceis de entender	28,57%
Mais focada nos benefícios e na saúde pública	28,57%
Não me sinto motivado a participar	7,94%

Fonte: dos autores

Conforme apresentado, a eficácia da comunicação, traduzida em ações por parte da população demanda maior clareza e transparência das informações divulgadas. Como evidenciado, diversos serviços oferecidos permanecem despercebidos pelos munícipes.

No que tange à acessibilidade e à percepção das informações, é crucial considerar que o impacto real da comunicação pode ser maior ou menor que o esperado, pois a atenção do público é seletiva. Uma parcela significativa dos indivíduos tende a desconsiderar informações por desinteresse (7,94%), por considerá-las confusas (28,57%) ou por não as alinhar com seus objetivos e propósitos (28,57%). Este fenômeno de atenção seletiva é análogo à tendência de observação aumentada de temas ou objetos aos quais o indivíduo decidiu atenção prévia.

Embora os dados demonstrem que a população possui conhecimento sobre a correta segregação dos resíduos (conforme ilustrado na Figura 3), a carência de conhecimento sobre as iniciativas específicas do município de São Paulo (tais como o PGIRS, os PEVs e a coleta de recicláveis), conforme evidenciado nas Figuras 5 e 6, indica uma necessidade urgente de aprimoramento na gestão pública da comunicação. Esta lacuna informativa representa um desafio significativo para o alcance dos objetivos propostos no Plano nacional de Resíduos Sólidos (Planares).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das respostas fornecidas pelos participantes, reforçam a hipótese central deste trabalho: a divulgação de políticas públicas para a gestão resíduos sólidos em São Paulo ainda não é percebida como eficaz para promover o engajamento da população.

Os resultados evidenciam que a maioria da população demonstra disposição

em participar de práticas sustentáveis, mas o desconhecimento sobre os canais de coleta, locais de descarte e instrumentos de apoio inviabiliza a consolidação de uma cultura ambiental contínua. Dessa maneira, notasse que a educação ambiental, apesar de bem avaliada no ambiente escolar, ainda precisa ser fortalecida e estruturada como prática obrigatória em espaços comunitários e por meio de campanhas públicas que unam informação, sensibilização e incentivo a essa ação.

A comunicação pública, neste contexto, mantém a ideia como ferramenta estratégica e indispensável. A utilização combinada de mídias sociais e plataformas digitais, associada à comunicação acessível e a campanhas direcionadas por territórios, pode ampliar o alcance das informações e promover maior participação da sociedade. Além disso, a adoção de mecanismos de incentivo e a criação de parcerias entre o poder público, empresas, escolas e associações de bairro são caminhos eficazes para consolidar uma gestão participativa e sustentável.

Dessa forma, conclui-se que o êxito das políticas públicas de gestão dos resíduos sólidos domésticos depende diretamente da integração entre informação, educação e engajamento.

Referências

ABREMA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUOS E MEIO AMBIENTE. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2024**. São Paulo: ABREMA, 2024. Disponível em: <https://abrema.org.br/panorama>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos – Planares**. Brasília: MMA, 2022. Disponível em https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-projetos-acoes-obras-atividades/agendaambientalurbana/lixao-zero/plano_nacional_de_residuos_solidos-1.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025.

FREITAS, Mydiã Falcão; PIRES, Mônica Moura; BENINCÁ, Dirceu. Fragilidades e potencialidades na gestão dos resíduos sólidos urbanos no Brasil. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 16, e20230271, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/VphbjGPYh6QDYK4X6tK4m/>. Acesso em: 24 nov. 2025.

FREITAS, Mydiã Falcão; PIRES, Mônica Moura; BENINCÁ, Dirceu. Gestão de resíduos sólidos urbanos: uma revisão sistemática aplicada à realidade brasileira. **REVISTA OBSERVATORIO DE LA ECONOMIA LATINOAMERICANA**, Curitiba, v.21, n.5, p.2337-2359, 2023. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/528/348>. Acesso em: 24 nov. 2025.

LIMA, Ana Marusia Pinheiro; FARIA, Armando Medeiros de; BERALDO, Paulo Eduardo Palma. Comunicação pública nos municípios brasileiros: canais, serviços e atendimento ao cidadão. **Organicom**, São Paulo, Brasil, v. 21, n. 45, p. 235–253, 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/organicom/article/view/224504>. Acesso em: 24 nov. 2025.

MEDEIROS, Armando; CHIRNEV, Lilian (Orgs.). **Guia de comunicação pública**. Brasília, DF: Associação Brasileira de Comunicação Pública, 2021. Disponível em: <https://bunny-wp->

pullzone-5bno2ohhpt.b-cdn.net/wp-content/uploads/2023/03/GUIA-DE-COMUNICACAO-PUBLICA.pdf.

Acesso em: 24 nov 2025.

MELO, Silvia; CARNIELLO, Monica. A comunicação pública como instrumento de desenvolvimento, democracia e construção de cidadania: análise das práticas de transparência e acesso à informação no Município de São Luís, MA. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 22, n. 3, p. 819-837, jul./set. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/inter/a/7DTWWLS6pZdvgrBkpyGLWv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2025.

PORTELA, Jully Martins Gomes et al. Coleta de dados online em pesquisa quantitativa: experiência com estudantes universitários da saúde. **RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia**, v. 2, n. 8, e28667, 2021. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/download/667/546/4546>. Acesso em: 24 nov. 2025.

SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura. **Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de São Paulo (PGIRS 2014)**. São Paulo: SP Regula – Prefeitura, 2024.

Disponível em:

https://prefeitura.sp.gov.br/web/spregula/w/residuos_solidos/noticias/169047. Acesso em: 24 nov. 2025.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 63.113, de 2 de janeiro de 2024. Consolida a divisão de responsabilidades relacionadas à Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e cria o Comitê Intersecretarial da Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – CGIRS. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, 2 de janeiro de 2024. Disponível em:

<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-63113-de-2-de-janeiro-de-2024>. Acesso em: 24 nov. 2025.

SEVERINO, Danilo Júnior Teixeira *et al.* Aplicabilidade do ponto de entrega voluntária como coleta seletiva. In: **CONGRESSO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE, 18., 2021, Poços de Caldas. Anais [do] 18º Congresso Nacional de Meio Ambiente: Justiça climática no Antropoceno**. [S. l.]: [s. n.], 2021. Disponível em:

https://meioambientepocos.com.br/anais/ANAIS%202021/130_aplicabilidade-do-ponto-de-entrega-voluntaria-como-coleta-seletiva.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025.

SILVA, I. A. et al. Aplicabilidade da Lei nº 12.305/2010 e seus reflexos na sociedade: uma revisão integrativa. **Revista FT**, [S. l.], v. 27, n. 125, 2023. Disponível em:

<https://revistaft.com.br/aplicabilidade-da-lei-no-12-305-2010-e-seus-reflexos-na-sociedade-uma-revisao-integrativa/>. Acesso em: 24 nov. 2025.